



EM ANÁLISE Nº36 – fevereiro 2019 -

As eleições europeias 2019 – o futuro da Europa

O Em Análise nº 36 procura dar a conhecer o cenário europeu atual e futuro no que respeita às eleições europeias.

A Europa enfrenta hoje desafios de natureza sociocultural, ambiental, económica e política e estes desafios devem ser debatidos por todos os cidadãos no contexto europeu. Para que este debate se realize importa informar, dar a conhecer a história da União Europeia. Importa conhecer e defender os valores que estão na génese da União.

O presente documento irá dar a conhecer a estrutura e funções das principais instituições europeias e depois mais especificamente o papel do Parlamento Europeu.

Paralelamente procuraremos dar a conhecer os principais desafios do futuro da Europa que terão que ser enfrentados nos próximos anos também pelo Parlamento Europeu.

Os cidadãos europeus irão eleger de 23 a 26 de maio de 2019 os novos membros do Parlamento Europeu. Estas eleições irão ser mais importantes do que nunca dado o atual contexto, no qual o papel da própria União Europeia é posto em causa. De acordo com o Eurobarómetro ¹realizado em maio de 2018, e entre os cidadãos que votam, 44% afirmam que a União Europeia caminha na direção errada e apenas 32% consideram que caminha na direção certa.

É expetável que o grupo de candidatos pertencentes ao grupo dos Eurocéticos venha a ganhar terreno e essa situação pode colocar um enorme desafio nas alianças existentes ao nível do Parlamento Europeu. Existe ainda a situação da saída do Reino Unido.

Desde 2009 com o Tratado de Lisboa o Parlamento Europeu tornou-se um ator chave no desenvolvimento da Política Europeia. Desde 2014 que com o chamado: “Spitzenkandidaten” é uma forma de dar aos cidadãos da União Europeia uma palavra na escolha do Presidente da

¹ O Eurobarómetro foi realizado entre 26 de novembro e 03 de dezembro através de entrevistas telefónicas com 26.071 cidadãos dos 27 Estados-Membros da UE, excluindo o Reino Unido, que abandonará o bloco comunitário em 29 de março de 2019.

Comissão Europeia. O sistema permite que os principais partidos nomeiem um líder da sua lista de candidatos para ser Presidente da Comissão Europeia.

Este sistema foi utilizado pela primeira vez em 2014 para quebrar a prática de nomeação do Presidente da Comissão num processo à porta fechada entre os chefes de Estado e de Governo.

Isto também faz do Parlamento Europeu um local mais político, onde as coligações que enformam as políticas da União Europeia são formadas. No entanto, enquanto o Parlamento Europeu ganhou poderes nos últimos anos a percentagem de votantes tem caído sucessivamente. Nas eleições europeias de 2014, em Portugal a taxa de participação foi de 33,67% (abaixo da média europeia de 42,54%).

O Parlamento Europeu pode desempenhar um papel crucial e útil para melhorar o interesse dos cidadãos ao nível da Europa, pois os Eurodeputados são os únicos representantes diretamente eleitos.

A EAPN enquanto entidade representante da sociedade civil na defesa dos cidadãos em situação de pobreza e exclusão social considera que estas eleições constituem uma oportunidade para alertar os candidatos às Eleições Europeias para a importância do tema da pobreza e exclusão no seio da Europa. Considera também que paralelamente a este trabalho de lobby que tenciona fazer no início de 2019 importa informar e sensibilizar os cidadãos para a importância de votar nas Eleições Europeias. O nível de informação sobre as instituições europeias, sobre o seu papel e sobre o processo legislativo da União Europeia ainda é muito fraco.

Daí a razão deste documento.

1. O funcionamento das instituições europeias

Principais Instituições e organismos da UE

- Parlamento Europeu
- Conselho Europeu
- Conselho da União Europeia
- Comissão Europeia
- Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)
- Banco Central Europeu (BCE)
- Tribunal de Contas Europeu (TCE)

O Parlamento Europeu (PE) é o **órgão legislativo** da UE com responsabilidades legislativas, orçamentais e de supervisão. O Tratado de Roma que data de 1957 deu ao Parlamento um papel consultivo no processo legislativo: a Comissão propunha e o Conselho adotava a legislação. O Ato Único Europeu de 1986 e os Tratados de Maastricht, de Amsterdão, de Nice e de Lisboa alargaram sucessivamente as prerrogativas e competências do Parlamento que passou a co legislar em pé de igualdade.

Na União Europeia existem 3 poderes: poder judicial (Tribunal de Justiça), fiscalização (Tribunal de Contas) e legislativo (Conselho da União Europeia, Parlamento Europeu e Comissão Europeia).

O PE é **diretamente eleito pelos cidadãos europeus** de cinco em cinco anos. As últimas eleições tiveram lugar em maio de 2014. O PE representa 500 milhões de cidadãos, a população dos 28 Estados-membros e distribui-se por 3 locais de trabalho, (Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo).

«O Parlamento tem o direito de apresentar uma proposta sobre a sua composição aos chefes de Estado ou de Governo da UE. A proposta sobre a distribuição de lugares foi votada em plenário no dia 7 de fevereiro de 2018 (relatório de Danuta Hübner e de Pedro Silva Pereira) e enviada aos líderes europeus, que concordaram com a solução apresentada pelos eurodeputados.

A proposta de decisão voltou ao PE para a aprovação final da assembleia, tendo passado por 566 votos a favor, 94 contra e 31 abstenções. Terá ainda de ser aprovada pelos chefes de Estado ou de Governo da UE, por unanimidade, no Conselho Europeu de 28 e 29 de junho.

O PE é a única instituição europeia eleita por sufrágio direto.»²

² Mais informações em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20180607IPR05241/eleicoes-europeias-de-2019-portugal-volta-a-eleger-21-eurodeputados>

Para as eleições de 2019 haverá alterações na composição do Parlamento em virtude da saída do Reino Unido. Assim, a Assembleia Europeia é reduzida de 751 para 705 lugares; 13 dos 27 Estados-Membros mantêm o atual número de eurodeputados, entre os quais Portugal e 14 Estados-Membros ganham novos assentos no PE, à luz da proporcionalidade degressiva^{3,4}.

O Parlamento Europeu tem 751 eurodeputados e 8 grupos políticos: Democratas cristãos; Aliança Progressistas de Socialistas e Democratas; Grupo dos Conservadores e Reformistas; Grupo de Democratas e Liberais; Grupo Confederal da Esquerda Unida; Grupo dos Verdes/Aliança Europeia Livre; Europa da Liberdade e democracia direta; Europa das Nações e Liberdade.

O Conselho Europeu tem como funções definir as orientações e prioridades políticas gerais da União Europeia. Os seus membros são: os Chefes de Estado e de Governo dos países da União Europeia, o Presidente da Comissão Europeia, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Conselho da União Europeia tem como funções: dar voz dos governos dos países UE, aprova a legislação e coordena as políticas

- **Membros:** ministros dos governos de cada país da UE, em função da matéria agendada
- **Presidente:** a presidência é exercida rotativamente pelos países da UE, por períodos de 6 meses (neste momento é assumida pela Áustria).

Comissão Europeia: Defende os interesses gerais da UE, mediante a apresentação de propostas legislativas e a execução da legislação, das políticas e do orçamento da União Europeia.

A direção política é exercida por uma equipa de 28 Comissários (um de cada país da UE), liderada pelo Presidente da Comissão, que decide da repartição das pastas políticas pelos Comissários.

O **Banco Central Europeu (BCE)** é o banco central responsável pela moeda única da Zona Euro e a sua principal missão é preservar o poder de compra do euro, assegurando assim a estabilidade de preços na respetiva zona. A sua sede está localizada na cidade alemã de Frankfurt am Main.^[1]

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Banco Central tornou-se numa instituição da União Europeia.

³ A “proporcionalidade degressiva” é definida do seguinte modo: o rácio entre a população e o número de lugares de cada Estado-Membro antes do arredondamento para números inteiros deve variar em função da respetiva população de modo a que cada deputado ao PE de um Estado-Membro mais povoado represente mais cidadãos do que cada deputado ao PE de um Estado-Membro menos povoado e, inversamente, que quanto mais povoado for um Estado-Membro, maior deve ser o seu direito a um número elevado de lugares no PE. A repartição de lugares na assembleia europeia deve refletir a evolução demográfica nos Estados-Membros. Mais informações em www.europarl.europa.eu

⁴ Mais informações em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20180607IPR05241/eleicoes-europeias-de-2019-portugal-volta-a-eleger-21-eurodeputados>

O **BCE** foi fundado em 1 de Junho de 1998 com a adesão dos onze estados membros que tinham cumprido as condições necessárias para adotarem a moeda única em 1 de Janeiro de 1999: Portugal, Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Finlândia e Reino Unido (Bank of England detém 15,9764 % de participações financeiras).

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) interpreta o direito europeu para garantir que este é **aplicado da mesma forma** em todos os países da UE e delibera sobre **diferendos jurídicos** entre governos nacionais e instituições europeias.

O futuro da Europa e as Eleições Europeias

No seu discurso sobre o estado da União Europeia de 2017, o Presidente Juncker divulgou um roteiro detalhando os principais passos para uma União mais unida, mais forte e mais democrática. Com base nisso, os líderes nacionais reuniram-se em Tallinn, na Estónia, e concordaram com uma Agenda de Líderes - uma lista das questões e desafios mais urgentes para os quais devem ser encontradas soluções, antes das eleições europeias de 2019.

Em 9 de maio de 2019, numa Cimeira a realizar em Sibiu, na Roménia, espera-se que os líderes nacionais marquem o culminar deste processo com um compromisso renovado com uma UE que integre as questões que realmente interessam às pessoas.

O Livro Branco, apresentado pela Comissão Europeia a 1 de Março de 2017, traça possíveis caminhos para o Futuro da Europa. Enfrentamos muitos desafios, desde a globalização, ao impacto das novas tecnologias na sociedade e no emprego, às preocupações com a segurança e à ascensão do populismo. O Livro Branco oferece cinco cenários de como a União poderá evoluir, dependendo das escolhas que faremos.

O Livro Branco marca o começo, não o fim deste debate. No dia 25 de março, os líderes da União Europeia reuniram-se em Roma para celebrar o 60º aniversário dos Tratados de Roma, refletindo sobre as realizações passadas e debatendo como poderia e deveria ser nosso futuro compartilhado.

O Livro Branco analisa a forma como a Europa irá mudar ao longo da próxima década, desde o impacto das novas tecnologias na sociedade e no emprego até às dúvidas sobre a globalização, as novas ameaças à segurança ou a ascensão do populismo. Apresenta igualmente as alternativas que temos pela frente: ou nos deixamos arrastar por essas tendências ou procuramos assumi-las e aproveitar as novas oportunidades que trazem consigo.

Vivemos tempos difíceis, mas a Europa sempre foi capaz de se adaptar. Mais uma vez, temos de dar o nosso melhor para responder eficazmente à realidade em evolução e transformar os desafios em oportunidades.

Eis algumas das questões mais prementes:

Novas tecnologias:

- impacto do maior recurso às tecnologias e à automatização no mercado de trabalho e na indústria

Alterações climáticas:

- necessidade de colocar no mercado soluções ambientais inovadoras tanto a nível interno como externo

Migração:

- proteger as fronteiras, preservando ao mesmo tempo o direito à liberdade de circulação na Europa

Ameaças à segurança nas fronteiras externas e no interior da UE:

- concentração de tropas nas fronteiras a leste, guerra e terrorismo no Médio Oriente e em África

Mudança da posição da Europa num mundo em evolução:

- diminuição da população e enfraquecimento do poder económico

Sequelas da crise económica:

- desemprego de longa duração, especialmente entre os jovens, e dívida pública e privada elevada

Envelhecimento da população:

- necessidade de modernização dos sistemas de proteção social

Ascensão do populismo e de uma retórica nacionalista:

- necessidade de recuperar a confiança dos cidadãos, de estar à altura das suas expectativas e de criar consensos entre os países da UE

Depois da publicação do Livro Branco foram surgindo outras publicações pela Comissão Europeia que apelam à reflexão em torno de algumas questões mais prementes relativas à Europa. O primeiro documento a surgir trata-se de um documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa (26 de abril de 2017). Pode ser consultado aqui: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-social-dimension-europe_pt.pdf. Depois deste documento surgem outros que falam de temas como a globalização, a defesa europeia, a União Económica e Monetária.

O relatório sobre a dimensão social da Europa integra o Pilar Europeu dos Direitos Sociais que foi proclamado pelo Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia em

Novembro de 2017. O Pilar, enquanto documento de princípios e direitos, poderá ser um importante instrumento para fortalecer a dimensão social da Europa. No entanto, para isso acontecer o Pilar deve assentar num roteiro claro para a ação, ou seja, que promova a sua implementação nos diferentes Estados membros. Mais do que orientações a Europa precisa de diretivas claras que visem uma melhoria e o cumprimento dos direitos sociais de todas as pessoas, nomeadamente, das que vivem em situação mais vulnerável.

Mas a Europa tem outros instrumentos que devem ser usados, de forma articulada. Não só a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, mas também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030).

A Comissão Europeia tem feito um esforço para aproximar todos estes documentos dos cidadãos, mobilizando também as estruturas nacionais de representação da própria Comissão, não só com o objetivo de informar, mas sobretudo de consciencializar os cidadãos para a importância da Europa e, mais recentemente, para votarem nas próximas eleições. De seguida são apresentadas algumas das iniciativas e instrumentos criados:

a) No site da Comissão: https://ec.europa.eu/commission/future-europe/consultation-future-europe_pt pode aceder à consulta pública sobre o futuro da Europa. Trata-se de uma tentativa de aproximação dos cidadãos europeus aos grandes temas que afetam a Europa e que estarão também presentes aquando da campanha para as eleições europeias.

b) O Parlamento Europeu lançou um site: <https://www.what-europe-does-for-me.eu/> interativo onde se encontra informação em todas as línguas e destaca a importância da Europa na vida dos cidadãos.

c) Também foi criado outro site que apela ao voto nas próximas eleições europeias e que esclarece os cidadãos acerca da arquitetura inerente às Eleições Europeias e refere a importância de votar. Pode consultar em: <https://www.destavezeuvoto.eu/>.

d) Do ponto de vista nacional e com vista a dar cumprimento às orientações do Presidente Juncker que solicitou a todos os Membros do Colégio que “fossem politicamente ativos nos Estados-Membros e no quadro de diálogos com os cidadãos, apresentando e dando a conhecer a agenda comum e escutando e debatendo ideias com as partes interessadas” surge a Iniciativa: “Encontros com os Cidadãos”. Estes eventos “pretendem dar aos cidadãos europeus a oportunidade de expressar as suas preocupações e expectativas quanto ao futuro da União Europeia (UE). Através desta iniciativa, pretende-se estimular o debate europeu, envolver todos os cidadãos e particularmente os mais desligados da política europeia, e proceder a um esclarecimento da população tendo em conta as eleições europeias previstas para Maio de 2019”. Ver mais informação no seguinte site: (https://ec.europa.eu/portugal/home_pt).

A EAPN e as próximas eleições europeias

A EAPN tem apelado em diferentes momentos e em diferentes documentos por um maior compromisso político com as questões sociais que visem um combate à pobreza eficaz.

O facto de 113 milhões de cidadãos europeus, cerca de 22.5% da população da União Europeia ainda viver em risco de pobreza ou exclusão social, representa uma falha no nosso sistema político e económico que necessita de uma radical reprogramação por forma a combater a pobreza e a exclusão social.

As próximas eleições europeias são determinantes neste sentido e para travar alguns dos movimentos manifestamente populistas e racistas que temos vindo a assistir nestes últimos tempos. A Declaração da última Assembleia Geral da EAPN Europa realizada em Setembro de 2018 em Viena expressa claramente que os caminhos apontados pelo Pilar Europeu dos Direitos Sociais, pela Estratégia Europa 2020 e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem ser verdadeiros compromissos políticos “de alto nível”, em 2019, capazes de “garantir mudanças significativas na vida das pessoas que estão em situação de pobreza e de exclusão social”.

A Declaração apela aos diferentes candidatos às próximas eleições europeias para integrarem nos seus programas eleitorais o compromisso de tornar a “União Europeia livre de Pobreza” (“*EU Poverty Free*”). “Tornar a Europa livre de pobreza é uma escolha política que reconhece os direitos dos cidadãos, garante o acesso a esses direitos e reflete a solidariedade sentida pelos Europeus”.

Algumas mensagens da EAPN:

- Os líderes europeus devem reconhecer as limitações do atual modelo de desenvolvimento da UE, a economia que empobrece e a busca do crescimento económico às custas das pessoas e do meio ambiente. Isso significa repensar as políticas macroeconómicas para promover os direitos humanos, combater a desigualdade e a pobreza e garantir o bem-estar. Precisamos de uma mudança de paradigma da austeridade para o investimento social em sistemas de proteção social fortes e empregos e serviços de qualidade, particularmente serviços públicos.

Devemo-nos certificar de que as políticas de impostos / benefícios sejam criadas para reduzir a pobreza e a desigualdade.

- Os sistemas de proteção social são o alicerce de nossas sociedades. Todos os países europeus devem ter sistemas de proteção social fortes, incluindo esquemas de Rendimento Mínimo dignos para garantir um rendimento adequada para uma vida digna: esquemas de Rendimento Mínimo bem planeados: garantindo apoio de rendimento para todos os que precisarem, pelo tempo que eles precisarem, e o suficiente para viver uma vida com dignidade e participar

plenamente na sociedade, adaptada ao custo de vida em todos os países europeus.

Uma Europa sem pobreza garante o acesso universal a serviços de qualidade a preços acessíveis, incluindo educação, cuidados de saúde e habitação.

- Sabemos que a mudança é possível, a nível local, nacional e europeu. Verificamos e congratulamo-nos com importantes compromissos políticos para combater a pobreza e a desigualdade, através dos objetivos da Estratégia Europa 2020, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, embora estes não sejam suficientemente visíveis a nível nacional e local ou tenham (ainda) um impacto real.

O que mais precisamos nos próximos anos é a implementação transformadora desses compromissos políticos de alto nível, para garantir mudanças significativas nas vidas das pessoas que vivem em situação de pobreza.

- A EAPN acredita que o desenvolvimento de políticas eficazes contra a pobreza depende em grande parte de fazer as perguntas certas e obter as respostas certas. Isso significa colocar em prática um processo participativo efetivo que pode aproveitar a expertise e o know-how de todos os principais atores. As opiniões e soluções vindas diretamente de pessoas com experiência direta de pobreza são, portanto, fundamentais no combate à pobreza e à exclusão social.

Apelamos às instituições europeias para que seja assegurado um espaço significativo para a participação da sociedade civil e das pessoas que vivem em situação de pobreza.

Webgrafia:

<http://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2018/eurobarometer-2018-democracy-on-the-move/report/pt-one-year-before-2019-eurobarometer-report.pdf>

<http://www.eapn.eu>

<http://www.eapn.pt>

<http://www.euronews.net>

<http://www.europarl.europa.eu>

https://ec.europa.eu/info/events/citizens-dialogues_pt

https://ec.europa.eu/portugal/about-us_pt